



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando as disposições da Lei nº. 14.133/2021 e suas posteriores alterações e do Decreto Municipal nº 10.010/2024, bem como conforme exposto e fundamentado no Estudo Técnico Preliminar, ante ao interesse público, a Prefeitura de Suzano/SP realizará processo licitatório através do procedimento de Concorrência Pública Eletrônica, na modalidade de Técnica e Preço, objetivando a futura e eventual contratação dos serviços técnicos profissionais para capacitação e suporte continuado aos dirigentes e servidores em modernização institucional especificados neste Termo de Referência

### 1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objetivo estabelecer as especificações para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais para capacitação e suporte continuado aos dirigentes e servidores em modernização institucional, com foco na realização de processos de direcionamento e planejamento estratégico, monitoramento e avaliação da gestão institucional por resultados, além da implantação e desenvolvimento da Escola Municipal de Governo, visando aprimorar a qualidade da tomada de decisões estratégicas e da prestação de serviços públicos, em alinhamento com os objetivos e metas definidos no Plano de Governo e nas Peças de Planejamento (PPA/LDO/LOA).

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação proposta está devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado em conformidade com as disposições definidas no Decreto municipal nº 10.010/2024 que dispõe sobre as normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Suzano, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.

Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a contratação proposta se justifica pela criação de condições concretas para o aprimoramento dos processos de inovação institucional e para o contínuo aperfeiçoamento organizacional da Prefeitura Municipal de Suzano. Para tanto, é fundamental suprir as deficiências de formação técnica do quadro de servidores, oferecendo capacitação e suporte técnico especializado que permitam a execução eficiente de atividades complexas relacionadas com a realização de processos de direcionamento e planejamento estratégico, monitoramento e avaliação da gestão institucional por resultados, além da implantação e desenvolvimento da Escola Municipal de Governo.

Especificamente, a capacitação e o suporte técnico devem ser direcionados para superar as seguintes limitações:



## **2.1 Deficientes Sistemas de Planejamento Estratégico das Políticas Públicas, Planos e Programas Institucionais**

A gestão municipal enfrenta a necessidade premente de implementar um Sistema de Planejamento Estratégico consistente, que possibilite à Alta Direção antever cenários futuros de longo prazo para o desenvolvimento sustentável de Suzano. Tal sistema seria fundamental para mapear desafios, oportunidades e riscos em um cenário marcado por rápidas transformações globais, nacionais e regionais, especialmente nos âmbitos econômico, cultural, científico, tecnológico e ambiental. A falta de um direcionamento estratégico de longo prazo prejudica a elaboração de diretrizes claras para a formulação de políticas públicas municipais, bem como a execução de planos e programas institucionais das diversas secretarias e órgãos da Administração Municipal.

A ausência de uma integração adequada entre o planejamento estratégico e a complexidade dos problemas e desafios associados ao desenvolvimento sustentável do município impacta diretamente a formulação de políticas públicas, com reflexos significativos na elaboração do Plano Plurianual (PPA). O PPA, enquanto principal ferramenta de planejamento governamental, tem o papel crucial de traduzir os compromissos estabelecidos no Programa de Governo em diretrizes concretas, orientando as decisões estratégicas mais relevantes da Administração Municipal.

Igualmente, a falta de um planejamento estratégico robusto e alinhado com as demandas atuais e futuras compromete a capacidade de elaborar políticas públicas coerentes e de longo prazo. Essa lacuna dificulta a garantia de eficiência, eficácia e impacto positivo das ações municipais, além de dificultar a promoção do desenvolvimento local. Portanto, é imprescindível que o planejamento estratégico seja fortalecido, de modo a consolidar uma base sólida para a tomada de decisões e a construção de um futuro mais equilibrado e próspero para o município.

A permanência de Suzano nas posições mais baixas do ranking do i-Plan evidencia a urgência de aprimorar os processos de planejamento, promovendo transformações estruturais que permitam a construção de um sistema mais eficiente, integrado e alinhado às necessidades contemporâneas. Um sistema dessa natureza seria capaz de orientar e monitorar a execução de políticas públicas sob a responsabilidade das diversas secretarias municipais, garantindo que estas estejam em sintonia com os desafios do desenvolvimento sustentável e com as reais demandas da população. A implementação dessas melhorias não apenas elevaria o desempenho do município no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), mas também contribuiria para a consolidação de uma gestão mais transparente, eficiente e focada em resultados concretos. Dessa forma, Suzano poderia avançar em direção a um modelo de administração pública mais moderno, responsivo e capaz de promover um desenvolvimento local sustentável e inclusivo, atendendo às expectativas e necessidades de seus cidadãos.

Portanto, a capacitação e o suporte técnico contínuos, voltados aos dirigentes e servidores das secretarias municipais, são elementos indispensáveis para o fortalecimento e a modernização do sistema de planejamento das políticas públicas municipais, bem como para a elaboração e execução de planos e programas institucionais. Essas iniciativas são fundamentais para assegurar uma gestão pública mais eficiente, transparente e orientada



para resultados, que não apenas atenda às demandas imediatas da população, mas também antecipe e responda de forma proativa e estratégica aos desafios do desenvolvimento sustentável do município.

Ao investir no aprimoramento das competências técnicas na área do planejamento estratégico de seus dirigentes e funcionários, o município estará melhor equipado para enfrentar as complexidades do cenário atual, promover a integração entre as diferentes áreas da administração e garantir a implementação de políticas públicas que gerem impactos positivos e duradouros para a sociedade. Dessa forma, a capacitação e o suporte técnico especializado contínuo constitui um pilar essencial para a construção de uma gestão pública mais ágil, inovadora e alinhada com as necessidades e expectativas dos cidadãos.

## **2.2 Inexistência de um Sistema Robusto de Monitoramento e Avaliação por Resultados da Gestão Municipal**

Uma das principais deficiências que comprometem os processos de direção e planejamento estratégico da Alta Direção da Administração Municipal de Suzano é a falta de um Sistema de Monitoramento e Avaliação por Resultados. Essa lacuna impede que o Prefeito e sua Equipe de Governo realizem um acompanhamento ágil, sistemático e preciso do desempenho da gestão institucional, além de dificultar a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos nos programas, projetos e ações previstos nas políticas públicas e nos planos institucionais. Sem essa ferramenta essencial, a administração municipal fica limitada a uma postura reativa, sem condições de identificar de forma tempestiva problemas, promover correções de rumo ou garantir que as iniciativas implementadas estejam alinhadas às prioridades estratégicas e às reais necessidades da população.

O desenvolvimento de um sistema robusto de monitoramento e avaliação permitiria uma gestão mais proativa, baseada em dados e evidências, capaz de otimizar recursos, aprimorar a tomada de decisões e assegurar que os resultados das políticas públicas atendam de forma efetiva às demandas sociais e aos desafios do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a administração municipal poderia avançar em direção a um modelo de gestão mais eficiente, transparente e orientado para a geração de impactos positivos e duradouros para a sociedade.

A estruturação de um Sistema de Monitoramento e Avaliação por Resultados representaria um avanço significativo para a administração pública, trazendo uma série de benefícios estratégicos. Em primeiro lugar, o sistema possibilitaria a geração e disponibilização de informações confiáveis, precisas e atualizadas sobre o andamento das iniciativas governamentais, promovendo maior transparência e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Esse acesso a dados concretos permitiria não apenas o acompanhamento contínuo do progresso das políticas públicas, mas também a identificação ágil de eventuais desvios, atrasos ou ineficiências.

Com isso, seria possível adotar medidas corretivas de forma tempestiva, garantindo a execução eficaz das ações planejadas e o cumprimento das metas estabelecidas. Além disso, o sistema estimularia uma cultura de gestão baseada em evidências, onde decisões estratégicas seriam fundamentadas em análises robustas de dados e indicadores, reduzindo a subjetividade e aumentando a assertividade das ações governamentais. Dessa forma, a



administração pública ganharia em eficiência, eficácia e credibilidade, alinhando-se às melhores práticas de governança e às expectativas da população por uma gestão mais transparente, responsiva e orientada para resultados concretos.

Além disso, esse sistema permitirá identificar com agilidade eventuais desvios, atrasos ou ineficiências, possibilitando a adoção de medidas corretivas de forma proativa e estratégica. Dessa maneira, a gestão pública municipal poderá se tornar mais eficiente, transparente e orientada para resultados, não apenas atendendo às demandas imediatas da população, mas também antecipando e respondendo de maneira efetiva aos desafios do desenvolvimento sustentável local. O monitoramento e a avaliação por resultados são, portanto, pilares indispensáveis para a construção de uma administração pública mais ágil, responsiva e alinhada com as necessidades e expectativas dos cidadãos.

Assim, a capacitação e o suporte técnico contínuos, direcionados aos dirigentes e servidores das secretarias municipais, são atividades essenciais para a implementação e consolidação de um Sistema de Monitoramento e Avaliação da Gestão Pública Municipal por Resultados. Ao capacitar e oferecer suporte aos gestores e técnicos para a utilização de ferramentas e metodologias de monitoramento e avaliação, o município estará melhor preparado para coletar, analisar e interpretar dados de maneira sistemática, garantindo a transparência e a prestação de contas à sociedade.

### **2.3 Inexistência de uma Escola Municipal de Governo**

A Administração Municipal de Suzano não dispõe de uma Escola Municipal de Governo que garanta a implantação de programas de formação alinhados às demandas dos processos de modernização institucional da gestão pública. Nesse sentido, uma tarefa prioritária para a futura Escola Municipal de Governo deve ser a promoção do desenvolvimento dos agentes públicos municipais em temas relacionados à gestão pública, contribuindo para uma administração mais ágil, eficiente, orientada para resultados e focada no usuário dos serviços públicos.

A Emenda Constitucional nº 19/1998 incluiu a instituição de escolas de governo no sistema jurídico brasileiro. A emenda foi aprovada no âmbito da reforma administrativa do Estado que tinha como propósitos centrais, entre outros, incorporar a dimensão da eficiência na administração pública; a promoção do equilíbrio das contas públicas; enfatizar a qualidade e o desempenho nos serviços públicos; e recuperar o respeito e a imagem do servidor perante a sociedade. Desta forma, o § 2º do Art. 39. da Constituição Federal define que “a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados”

A Emenda Constitucional nº 19/1998 incluiu a instituição de escolas de governo no sistema jurídico brasileiro, como parte da reforma administrativa do Estado. Essa reforma tinha como propósitos centrais, entre outros, incorporar a dimensão da eficiência na administração pública, promover o equilíbrio das contas públicas, enfatizar a qualidade e o desempenho nos serviços públicos e recuperar o respeito e a imagem do servidor perante a sociedade. Dessa



forma, o § 2º do Art. 39 da Constituição Federal estabelece que “a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados”.

Esse dispositivo constitucional reforça a importância das escolas de governo como instrumentos essenciais para a profissionalização e o desenvolvimento contínuo dos servidores públicos, visando a melhoria da gestão pública e a entrega de serviços de qualidade à população. Além disso, a possibilidade de celebração de convênios ou contratos entre os entes federados permite a otimização de recursos e a troca de experiências, fortalecendo a capacidade institucional em todos os níveis de governo.

Para garantir sua efetividade, as ações formativas da Escola Municipal de Governo de Suzano devem estar alinhadas às estratégias de modernização institucional da Prefeitura de Suzano, fortalecendo a eficiência administrativa e a capacidade de implementação de políticas públicas eficazes. Nessa perspectiva, os programas de formação devem ser concebidos para profissionalizar a administração pública, fomentando uma cultura de aprendizado contínuo e inovação institucional.

Além disso, é fundamental que esses programas tenham como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços públicos, assegurando que os servidores desenvolvam as competências técnicas e gerenciais necessárias para atender, com eficiência e efetividade, às demandas e expectativas dos cidadãos. A criação da Escola Municipal de Governo representa, portanto, um passo estratégico para fortalecer a gestão pública em Suzano, promovendo a excelência na administração e o desenvolvimento sustentável do município.

Em síntese, a Escola Municipal de Governo atuará como um instrumento fundamental para a modernização da gestão pública, contribuindo para a profissionalização da administração municipal, o fortalecimento da governança local e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Seu foco deve estar direcionado à implantação efetiva de sistemas e práticas inovadoras, voltadas para a modernização institucional, a gestão eficiente, o planejamento estratégico e a gestão orientada por resultados. Dessa forma, a Escola criará as bases para uma administração pública mais ágil, eficiente e alinhada às demandas da sociedade, promovendo a excelência na prestação de serviços e o desenvolvimento sustentável do município.

Essas iniciativas devem estar alicerçadas em um compromisso contínuo com a inovação e a profissionalização da administração pública, garantindo que a Prefeitura se torne um instrumento de transformação social, capaz de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e promover o desenvolvimento sustentável do município. Para alcançar esse objetivo, a liderança da Alta Direção desempenha um papel central, sendo responsável por direcionar esforços, engajar equipes e consolidar uma cultura organizacional orientada por resultados e valores éticos. Dessa forma, as estratégias de modernização não apenas superam as deficiências atuais, mas também constroem uma base sólida para uma gestão pública mais eficiente, inclusiva e alinhada às demandas da sociedade.





A modernização institucional requer a implementação de ferramentas de gestão modernas e tecnologias integradas, que possibilitem maior agilidade e eficiência nos processos administrativos, bem como a padronização de rotinas para reduzir gargalos e desperdícios. Além disso, é essencial fortalecer a capacidade de planejamento estratégico, com a utilização de metodologias baseadas em evidências e indicadores de desempenho, que permitam monitorar e avaliar continuamente as ações governamentais.

A implantação de uma Escola de Governo é fundamental para alcançar esses objetivos, pois permitirá a formação e capacitação dos agentes públicos municipais em ferramentas modernas e inovadoras de gestão pública. Essa iniciativa não apenas preparará os servidores para os desafios contemporâneos, mas também promoverá uma cultura de aprendizado contínuo e melhoria constante, garantindo que a administração municipal esteja sempre alinhada às melhores práticas e às necessidades da população.

Por fim, é importante assinalar que a criação da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 5.624 de 20 de fevereiro de 2025, representa um avanço significativo na administração pública municipal. Ao focar na superação das deficiências anteriores, essa nova estrutura institucional visa melhorar a eficiência da gestão pública, garantindo uma abordagem mais coordenada e integrada para o planejamento, monitoramento e avaliação dos sistemas municipais.

A missão central da Secretaria, focada na modernização dos sistemas de planejamento, monitoramento e avaliação institucional, é essencial para o cumprimento das metas e objetivos do Plano de Governo, além de assegurar que as responsabilidades institucionais sejam cumpridas de maneira eficiente e eficaz. A existência dessa Secretaria reflete a crescente necessidade de uma gestão pública mais organizada e capaz de responder às demandas da população de forma estratégica.

Dentre as medidas essenciais para que a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária cumpra plenamente sua missão, destaca-se a necessidade de contar com o suporte técnico especializado almejado neste Estudo Técnico Preliminar (ETP). A capacitação contínua e a inovação técnica são elementos fundamentais para garantir a implementação bem-sucedida dos sistemas de planejamento estratégico e gestão orçamentária. Essas ações asseguram que a gestão institucional se realize de forma eficiente, maximizando o uso dos recursos públicos e, consequentemente, contribuindo para o cumprimento das metas e objetivos do Plano de Governo.

Além disso, o suporte técnico especializado será crucial para que a Secretaria consiga não apenas modernizar os processos internos, mas também proporcionar uma gestão mais transparente e responsável, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de maneira estratégica e eficaz, em conformidade com os objetivos estabelecidos. A inovação técnica, por sua vez, trará a possibilidade de otimizar processos e integrar novas soluções tecnológicas, o que contribuirá para a melhoria contínua da administração pública municipal.

Portanto, a busca por capacitação e inovação técnica através do suporte especializado, são aspectos determinantes para a evolução da Secretaria e para o sucesso da implementação de políticas públicas mais eficientes, transparentes e alinhadas aos interesses da população.



### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com o objetivo de atender às necessidades específicas da Prefeitura Municipal de Suzano para a contratação de serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, foi realizada uma avaliação detalhada do mercado, garantindo a escolha da solução mais adequada.

No contexto da contratação prevista neste Termo de Referência, como se trata de um serviço de natureza predominantemente intelectual, o critério de **técnica e preço** é o mais adequado, em conformidade com Inciso I do Art. 36 da Lei 14.133/2021. Isso garante que a administração pública selecione a proposta que ofereça o melhor equilíbrio entre qualidade técnica e custo.

De acordo com o anteriormente exposto, baseando-se em análise das necessidades, das soluções disponíveis no mercado e do histórico de contratações similares por outras prefeituras e órgãos públicos, a continuação se precisam os principais elementos que constituem a solução adotada.

#### 3.1 Objetivos da Solução

##### 3.1.1 Objetivo Geral

Fortalecer a capacidade institucional do quadro de dirigentes e servidores, promovendo a modernização dos processos de planejamento estratégico, monitoramento e avaliação de planos e programas das secretarias municipais e a implantação e consolidação da Escola Municipal de Governo, visando melhorar a qualidade da tomada de decisões estratégicas e da prestação de serviços públicos, em alinhamento com os objetivos e metas definidos no Plano Estratégico de Governo e nas Peças de Planejamento (PPA/LDO/LOA).

##### 3.1.2 Objetivos Específicos

- a) Realizar serviços de capacitação e suporte técnico especializado voltados à implantação de processos de direcionamento e planejamento na Alta Direção da Prefeitura Municipal de Suzano, de acordo com as demandas e diretrizes definidas pela Administração Municipal.
- b) Realizar serviços de capacitação e suporte técnico especializado voltados ao desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação da gestão institucional por resultados dos planos e programas institucionais, de acordo com as demandas e diretrizes definidas pela Administração Municipal.
- c) Realização de serviços de treinamento e suporte técnico especializados para a implantação e consolidação da Escola Municipal de Governo como órgão estratégico voltado à formulação, execução e avaliação da política municipal de formação e capacitação de agentes e servidores públicos, bem como de membros de organizações sociais e comunitárias do município de Suzano

#### 3.2. Contratação de Empresa Especializada na Modalidade de Concorrência Pública

A contratação de uma empresa especializada mediante a modalidade de concorrência pública



com a aplicação de critérios de julgamento de técnica e preço, é indispensável para alcançar os anteriores objetivos da solução, garantindo legalidade, transparência e eficiência em todas as etapas do processo, em conformidade com os princípios estabelecidos no Art. 5º da Lei 14.133/2021. Dessa forma, a empresa contratada deverá comprovar ampla competência técnica e jurídica para atender às demandas específicas do objeto, assegurando detalhamento, qualidade e eficácia na execução dos serviços.

Assim, a seleção da empresa especializada com a aplicação de critérios de técnica e preço, senta-se como a solução mais apropriada, pois permite a segregação de funções, o julgamento objetivo e a fundamentação adequada dos atos praticados, assegurando segurança jurídica e conformidade com os Arts. 7º, 12º, 18º e 23º da Lei 14.133/2021.

### **3.3 Enfoque Metodológico**

Com o objetivo de assegurar que a solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar promova, de forma efetiva, o desenvolvimento de capacidade institucional no planejamento estratégico, monitoramento e avaliação da gestão na Administração Municipal e da implantação da Escola Municipal de Governo, as metodologias adotadas pela empresa contratada devem priorizar, como elemento central, a participação ativa e o treinamento prático dos dirigentes e servidores das secretarias e unidades organizacionais diretamente envolvidas nos trabalhos. Essa abordagem participativa visa garantir a internalização do conhecimento, o fortalecimento das competências técnicas e gerenciais e a sustentabilidade das melhorias implementadas, assegurando que as mudanças sejam absorvidas e perpetuadas no âmbito da gestão pública municipal.

Além disso, a empresa contratada deverá aplicar conhecimentos, técnicas e ferramentas metodológicas desenvolvidas especificamente para o setor público, adaptando-as à complexidade e singularidade dos desafios enfrentados pela gestão institucional da Prefeitura Municipal de Suzano. Essas metodologias, alinhadas às melhores práticas nacionais e internacionais, devem incluir ferramentas modernas de planejamento estratégico, análise integral de problemas de governo e monitoramento e avaliação da gestão por resultados, garantindo compatibilidade com os objetivos estratégicos da administração e a resolução de problemas institucionais de alta relevância. A aplicação dessas soluções, adaptadas ao contexto local, visa promover uma gestão pública mais eficiente, transparente e orientada para resultados, capaz de enfrentar desafios atuais e futuros com maior assertividade e sustentabilidade.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A partir da análise das necessidades relacionadas à contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais para capacitação e suporte continuado aos dirigentes e servidores da Prefeitura Municipal de Suzano, com foco na modernização dos processos administrativos das secretarias municipais e no aprimoramento do planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas institucionais, foram definidos os requisitos essenciais para a contratação. Esses requisitos visam atender de forma adequada, sustentável e alinhada às regulamentações vigentes,





garantindo um padrão mínimo de qualidade, eficiência e efetividade nos serviços prestados.

#### **4.1 Sustentabilidade**

A empresa contratada deverá adotar e promover a adoção de práticas ambientalmente responsáveis e sustentáveis, garantindo o equilíbrio entre o desenvolvimento das atividades contratadas e a preservação ambiental. Essas práticas devem estar integradas a todas as etapas do projeto, desde o planejamento até a execução, e incluirão ações como:

- i. Promoção da utilização de técnicas e ferramentas que minimizem os impactos negativos ao meio ambiente, assegurando o uso racional, eficiente e responsável de recursos naturais, como água, energia e insumos. Nos processos de planejamento, a empresa deverá priorizar soluções que reduzam a pegada ambiental de suas atividades.
- ii. Promoção nos processos de planejamento institucional de soluções que incentivem a reutilização, reciclagem e redução de resíduos gerados durante a execução dos serviços. Essas práticas devem estar alinhadas aos princípios da economia circular, visando a otimização de recursos e a minimização de desperdícios.
- iii. Promoção de programas de treinamento e qualificação para os funcionários públicos municipais, com foco no fortalecimento de suas capacidades de inovação institucional e na adoção de práticas de modernização administrativa e gestão sustentável.
- iv. Promoção da incorporação de práticas ambientais e sustentáveis como parte da cultura e dos processos organizacionais das secretarias e unidades municipais. A empresa deverá propor ações que garantam a replicabilidade e a continuidade dessas práticas, assegurando que os benefícios sejam de longo prazo e integrados ao dia a dia da administração pública.

Ao adotar essas práticas, a empresa contribuirá não apenas para a modernização da gestão pública municipal, mas também para a construção de uma administração mais sustentável e responsável, alinhada aos desafios globais de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

#### **4.2 Qualidade das metodologias utilizadas**

As metodologias utilizadas pela eventual contratada na execução dos serviços de treinamento e suporte técnico especializado, devem ser cuidadosamente adaptadas ao contexto específico das organizações públicas, considerando suas particularidades e desafios. Além disso, essas metodologias precisam ser altamente adequadas para enfrentar a natureza e a complexidade dos problemas relacionados ao objeto da licitação, garantindo soluções eficazes e alinhadas às necessidades da administração municipal.

Especificamente, a empresa vencedora deverá propor ferramentas conceituais e metodológicas inovadoras e previamente aplicadas em atividades similares aos serviços solicitados. Essas metodologias devem ser práticas, aplicáveis e capazes de gerar resultados tangíveis, contribuindo diretamente para a modernização da administração pública municipal e para a promoção de uma gestão mais eficiente, transparente e orientada para resultados.



A empresa contratada deverá demonstrar expertise na aplicação dessas ferramentas em contextos similares, assegurando que as soluções oferecidas estejam alinhadas às melhores práticas de gestão pública e às expectativas da Prefeitura de Suzano. Isso inclui a capacidade de adaptar as metodologias propostas às particularidades do município, garantindo que os resultados sejam efetivos e sustentáveis a longo prazo. Além disso, a empresa deverá apresentar casos de sucesso que comprovem sua experiência e eficácia na implementação de projetos de modernização institucional, capacitação de servidores e implantação de sistemas de gestão por resultados.

Essa abordagem garantirá que os serviços prestados não apenas atendam às necessidades imediatas, mas também criem as bases para uma administração pública mais ágil, inovadora e focada no cidadão, alinhada aos objetivos estratégicos do município.

#### **4.3 Foco na capacitação**

Com o objetivo de garantir que as ferramentas e metodologias adotadas promovam a capacidade de inovação institucional na Administração Municipal, especialmente nas áreas de planejamento estratégico e implementação de sistemas de monitoramento e avaliação da gestão pública por resultados, a empresa contratada deverá adotar uma abordagem participativa e de capacitação prática. Isso inclui incentivar a participação ativa e oferecer treinamento especializado aos dirigentes e funcionários das secretarias e unidades organizativas envolvidas nos trabalhos.

As atividades de treinamento propostas devem estar alinhadas às ferramentas metodológicas indicadas, garantindo que os participantes adquiram conhecimentos teóricos e práticos necessários para a aplicação efetiva das soluções propostas. Os treinamentos poderão ser realizados em formatos variados, como presencial, virtual ou híbrido, de acordo com a disponibilidade dos funcionários e a natureza dos conteúdos a serem abordados. Essa flexibilidade visa assegurar que o processo de capacitação seja acessível, dinâmico e adaptado às necessidades específicas da administração municipal.

Ao capacitar os dirigentes e funcionários de forma adequada, a empresa contribuirá para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão da administração municipal, garantindo que as mudanças implementadas sejam sustentáveis e gerem impactos positivos na eficiência, transparência e qualidade dos serviços públicos oferecidos à população de Suzano.

#### **4.4 Qualificação técnica da empresa contratada**

A empresa contratada deverá comprovar sua qualificação técnica para a execução de serviços de capacitação e suporte voltados a processos de modernização institucional, alinhados ao objeto desta contratação. Essa comprovação será realizada por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a experiência prévia da empresa na realização de serviços similares, seja em projetos já concluídos ou em andamento. Esses attestados devem evidenciar a capacidade técnica e profissional da empresa, destacando sua expertise em áreas como modernização de processos administrativos, aprimoramento de sistemas de planejamento estratégico e de monitoramento e avaliação da gestão pública por resultados.



Além disso, a empresa deverá apresentar documentação que comprove a participação em projetos de relevância e complexidade equivalentes ao objeto desta licitação, demonstrando sua habilidade para lidar com desafios semelhantes aos enfrentados pela Administração Municipal de Suzano. A comprovação da experiência prévia deve incluir, preferencialmente, detalhes sobre o escopo dos serviços realizados, os resultados alcançados e o impacto gerado nos processos de modernização institucional das organizações atendidas.

Essa exigência visa assegurar que a empresa contratada possua o conhecimento técnico e a experiência prática necessários para oferecer soluções eficazes e alinhadas às necessidades da Prefeitura, garantindo a qualidade e a efetividade dos serviços prestados. Dessa forma, a Administração Municipal poderá contar com um parceiro capacitado e experiente, capaz de contribuir para o fortalecimento e a modernização da gestão pública em Suzano.

#### **4.5 Qualidade e pertinência do plano metodológico**

A empresa contratada deverá apresentar um plano metodológico detalhado e alinhado aos objetivos de modernização estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Suzano. Esse plano deve conter uma descrição clara, precisa e estruturada das etapas metodológicas necessárias para a execução dos serviços de treinamento e suporte contratados, demonstrando pleno entendimento e domínio técnico das tarefas a serem realizadas. O plano deve assegurar uma abordagem sistemática e organizada, partindo do diagnóstico inicial até a proposição de ações para implementação e avaliação das soluções apresentadas.

Além disso, o plano metodológico deve ser consistente com as ferramentas conceituais e técnicas propostas, garantindo que estas sejam adequadas às necessidades identificadas e capazes de gerar os resultados esperados. A empresa deverá demonstrar como as metodologias e ferramentas selecionadas serão aplicadas de forma eficaz no contexto da administração pública municipal, considerando as particularidades e desafios específicos da Prefeitura de Suzano.

#### **4.6 Qualidade da equipe técnica**

A equipe técnica responsável pela execução dos serviços de treinamento e suporte definidos no objeto desta contratação deverá comprovar experiência prática na coordenação, direção e implementação de processos de capacitação e suporte técnico especializado, relacionados à modernização institucional em organizações públicas, compatível com o escopo deste projeto. Essa experiência deve estar alinhada aos prazos, dimensões e características do objeto desta licitação, demonstrando capacidade técnica e operacional para atender às demandas específicas da Prefeitura Municipal de Suzano.

A experiência profissional relevante dos integrantes da Equipe Técnica de Trabalho deverá ser comprovada por meio de documentos que atestem sua atuação em projetos similares. Isso inclui a entrega de cópias de certificados ou declarações emitidas por entidades públicas ou privadas para as quais os serviços foram prestados, ou por empresas de assessoria e consultoria por meio das quais o profissional atuou em organizações públicas. Adicionalmente, poderão ser apresentados cópias de contratos que comprovem a prestação dos serviços, bem como documentos, informes, publicações ou links de sites que demonstrem



a participação dos profissionais em projetos relacionados ao objeto desta contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1 Os serviços de capacitação e suporte técnico especializado realizados pela Contratada poderão ser executados de forma presencial, na sede da Prefeitura Municipal.

5.1.1. A definição do formato de execução (presencial ou virtual) será feita com base nas necessidades específicas de cada etapa do trabalho, respeitando o cronograma de trabalho previamente acordado entre a Contratada e o gestor do contrato.

5.1.2. A Contratada deverá assegurar que, independentemente do formato escolhido, os serviços sejam executados com qualidade equivalente, garantindo o cumprimento dos objetivos e resultados estabelecidos no contrato.

5.1.3. Em caso de atividades presenciais, a Prefeitura Municipal será responsável por fornecer o apoio logístico necessário, incluindo a disponibilização de espaço físico adequado, equipamentos e materiais necessários, bem como por garantir a convocação e a participação efetiva de dirigentes e funcionários envolvidos.

5.2. Nenhuma atividade será iniciada sem o conhecimento e a aprovação do gestor do contrato, sendo a mesma submetida à verificação do pleno atendimento dos serviços constantes nos cronogramas de trabalho mensal, bem como às demandas consignadas nos relatórios de fiscalização.

5.3. Os trabalhos desenvolvidos deverão priorizar a transferência de conhecimentos e know-how, de forma a capacitar os servidores da Administração Municipal para a aplicação independente das metodologias utilizadas. A Contratada deverá assegurar o fornecimento de acesso permanente às fontes bibliográficas relevantes, bem como disponibilizar os guias metodológicos produzidos e quaisquer outras informações e ferramentas técnicas necessárias, específicas para cada caso e etapa do trabalho.

5.4. A Contratada deverá propor a implementação de mecanismos que visem a agilidade, a padronização e a melhoria das rotinas administrativas e seus processos, com a formulação de normas internas e procedimentos administrativos padronizados.

5.5. A Contratada deverá propor a utilização de metodologias e práticas de trabalho de modernização dos processos de planejamento estratégico e monitoramento e avaliação por resultados adequadas para serem aplicadas ao contexto próprio das organizações públicas e apropriadas para tratar com a natureza e complexidade dos problemas relacionados com objeto da contratação.

5.6. A Contratada deverá disponibilizar a equipe técnica responsável pela execução dos serviços de capacitação e suporte técnico especializado, conforme com a formação e experiência exigida no correspondente Edital de Licitação;

5.7 Para detalhar a execução das 1.800 horas técnicas anuais (150 horas mensais) de forma clara, considere os seguintes elementos:

5.7.1 Às 150 horas técnicas mensais devem ser distribuídas ao longo do mês de maneira que



atenda às necessidades da Administração Municipal e permita flexibilidade para eventuais demandas emergenciais; e

5.7.2 A alocação dessas horas será definida previamente em cronogramas anuais e mensais de trabalho, elaborados em conjunto com a Administração Municipal, e sua execução será formalizada por meio de ordens de serviço.

5.8. Para efeitos dos serviços constantes referenciados, a Contratada ficará impedida de executar serviços cuja responsabilidade seja exclusiva ou específica dos servidores públicos municipais, limitando-se a promover as orientações enquanto a capacitação e suporte técnico especializado objeto da contratação.

5.9. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência, cabendo-lhe especialmente:

5.9.1. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

5.9.2. Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

5.9.3. Permitir o acesso à Equipe de Trabalho ou profissionais da empresa contratada aos locais de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados, proporcionando todas as facilidades para que possa desenvolver as atividades definidas neste Termo de Referência;

5.9.4. Garantir e permitir a participação dos dirigentes e funcionários necessários para a realização das atividades de capacitação e suporte técnico especializado objeto da contratação;

5.9.5. Garantir e facilitar o acesso a informação estatística e documental que seja fundamental para a realização eficaz das atividades de treinamento e assessoria definidas no Termo de Referência;

5.9.6. Informar à empresa contratada, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos serviços contratados;

5.9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da empresa contratada;

5.9.8. Efetuar o pagamento à empresa contratada de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Contrato;

5.9.9. Exigir da CONTRATADA que se responsabilize pelos exatos recolhimentos de todos os encargos fiscais, trabalhistas, sociais e previdenciários;

5.9.10. Aplicar as penalidades previstas no contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

5.9.11. Atestar mensalmente a execução dos serviços, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;

5.9.12 Indicar, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

5.9.13. Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados;

5.10. Constituem obrigações da empresa contratada:

5.10.1 Executar os serviços em conformidade com o contrato resultante deste procedimento licitatório, obedecendo rigorosamente o disposto no respectivo edital de concorrência e seus anexos, assim como a Proposta Técnica apresentada que integram o contrato;





- 5.10.2. Cumprir rigorosamente os prazos previstos com a Contratante para o fiel cumprimento dos serviços programados;
- 5.10.3 Garantir a presença da Equipe Coordenadora com a qualificação profissional exigida neste Termo de Referência e de acordo com o cronograma definido junto com a Secretaria Municipal de Governo;
- 5.10.4 Garantir a aplicação das metodologias exigidas e descritas na Proposta Técnica;
- 5.10.5. Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato, dentro dos prazos e condições estipulados;
- 5.10.6 Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação na execução das atividades e tarefas objeto da contratação, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo Contratante;
- 5.10.7 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços;
- 5.10.8. Não transferir, no todo ou em parte, a execução dos serviços;
- 5.10.9. Arcar com todos os encargos, incidentes, sejam da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil, criminal, previdenciária, de acidentes de trabalho, ou indenizações de qualquer natureza devidas a seus empregados, dirigentes, prepostos envolvidos no trabalho pertinente ao objeto de licitação, bem como responderá por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, e pelos Gestores do contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.6. O gestor do contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



6.7. Após a assinatura do contrato, o gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do cronograma de trabalho definido, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.8. A Contratada deverá apresentar relatórios mensais para validar o cumprimento das horas e atividades realizadas e execução dos serviços programados.

6.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução dele, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para o feito.

6.11. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.18. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.



6.19. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1 As medições serão feitas e apresentadas pela CONTRATADA conforme ao cronograma mensal definido junto com o gestor do contrato.

7.2 A PREFEITURA aprovará as medições, estando corretas, em 05 (cinco) dias úteis contados da sua apresentação.

7.3. A emissão da Nota Fiscal pela CONTRATADA fica condicionada à validação e aprovação da medição pela CONTRATANTE.

7.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.1. o prazo de validade;

7.4.2. a data da emissão;

7.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.4.5. o valor a pagar; e

7.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5. A nota fiscal/fatura só poderá ser emitida após análise e validação das Medições. O pagamento será efetuado via remessa eletrônica, através da Tesouraria da PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO, em **até o vigésimo (20º) dia** após a dezoita da conclusão do serviço contratados, a qual servirá de base para a contagem do prazo de pagamento.

7.6. Junto com a fatura, deverão ser apresentadas as certidões vigentes relativas aos recolhimentos do INSS e FGTS.

7.7. O pagamento de todas as duplicatas será efetuado somente com títulos em carteira, ou através de crédito em conta corrente da contratada. Para pagamentos através de CRÉDITO em conta corrente a CONTRATADA deverá autorizar e informar a CONTRATANTE através de correspondência, em papel timbrado, os dados necessários para a efetivação do CRÉDITO.

7.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.



## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Levando em consideração que a pretendida contratação consiste em prestação de serviços profissionais de capacitação e suporte técnico especializado que possuem natureza predominantemente intelectual, a empresa Contratada será selecionada na modalidade de concorrência pública eletrônica com critérios de julgamento por técnica e preços, conforme o disposto no § 1º do art. 36 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sempre que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração.

8.2. Para o julgamento das propostas apresentadas pelas empresas proponentes, a Administração Municipal designará uma banca examinadora para esse fim com critérios definidos no respectivo Edital, de acordo com o estipulado no Inciso II do art. 37 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Art. 75. e do Decreto Municipal nº 10.010/2024.

### Avaliação das Propostas Técnicas

8.3. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída aos licitantes uma **Nota da Proposta Técnica (NPT)**, de acordo com os seguintes parâmetros:

Itens da Avaliação Técnica	Pontos x Peso
Qualidade das Ferramentas Conceituais e Metodológicas propostas (FC).	400
Qualidade da Proposta do Plano Metodológico de Trabalho (PM)	300
Experiência Profissional da Equipe Técnica de Trabalho proposta (ET).	300
<b>Pontuação Total da Proposta Técnica (PTT)</b>	<b>1.000</b>

8.4. Deverá ser desclassificada a Proposta Técnica que não consiga atingir o limite de 70% (setenta por cento) do máximo dos 1.000 pontos previstos para a soma ponderada de todos os quesitos técnicos.

8.5 No item das **Ferramentas Conceituais e Metodológicas (FC)**, as proponentes deverão apresentar a fundamentação teórica e metodológica a ser empregada no desenvolvimento dos serviços que conformam o Objeto da presente concorrência, citando, sempre que possível, as fontes de conhecimento utilizadas, além de explicitar a adequação desta fundamentação na busca dos resultados esperados. Igualmente, as proponentes devem explicitar se as ferramentas propostas são apropriadas à realidade das organizações públicas, especialmente para a natureza e complexidade dos problemas relacionados com a modernização do sistema de planejamento estratégico; o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e avaliação da gestão institucional por resultados; e a implantação e desenvolvimento da Escola Municipal de Governo.

8.6 No item da Proposta do Plano Metodológico de Trabalho (PM), as proponentes deverão apresentar um plano metodológico de trabalho detalhado para o desenvolvimento dos serviços continuados de capacitação e suporte técnico especializado objeto da contratação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO  
ESTADO DE SÃO PAULO

de acordo com as especificações do respectivo Edital. Esse plano deve conter a descrição clara, precisa e estruturada dos passos metodológicos e atividades necessárias para a execução de cada um dos serviços, demonstrando pleno entendimento e domínio técnico das tarefas a serem realizadas. Além disso, o plano metodológico deve ser consistente com as ferramentas conceituais e metodológicas propostas, garantindo que estas sejam adequadas às necessidades identificadas e capazes de atender aos resultados esperados.

8.7. No item da **Experiência Profissional da Equipe Técnica de Trabalho (ET)** responsável pela execução dos serviços de capacitação e suporte técnico especializado definidos no objeto desta contratação, as proponentes deverão comprovar experiência prática na coordenação, direção e implementação de processos de assessoria e treinamento relacionados à modernização institucional em organizações públicas. Essa experiência deve incluir, especialmente, atividades como:

- a) modernização institucional de organizações públicas;
- b) modernização e implantação de sistemas de planejamento estratégico público;
- c) formulação de planos estratégicos e políticas públicas; e
- d) implantação de sistemas de monitoramento e avaliação da gestão pública por resultados.

8.8. Para a avaliação da Qualidade das **Ferramentas Conceituais e Metodológicas (FC)** apresentadas pelas proponentes na correspondente Proposta Técnica, será atribuída uma nota no total máximo de quatrocentos (400) pontos, considerando-se o quadro seguinte:

Fundamentação Teórica e Metodológica	Pontuação Máxima
1. Qualidade e adequação ao objeto da presente concorrência da fundamentação conceitual e metodológica para realizar os serviços de capacitação e suporte técnico especializado voltados à realização de processos de direcionamento e planejamento estratégico na Alta Direção da Prefeitura Municipal de Suzano.	150
2. Qualidade e adequação ao objeto da presente concorrência da fundamentação conceitual e metodológica para realizar os serviços de capacitação e suporte técnico especializado votados à realização de atividades de monitoramento e avaliação da gestão institucional por resultados e dos planos estratégicos e programas institucionais.	150
3. Qualidade e adequação ao objeto da presente concorrência da fundamentação conceitual e metodológica para realizar os serviços de capacitação e suporte técnico especializado voltados à implantação e consolidação da Escola Municipal de Governo.	100
<b>Total</b>	<b>400</b>

8.9. Para efeitos de determinação da pontuação da Qualidade das **Ferramentas Conceituais e Metodológicas (FC)**, definida no quadro acima, serão aplicados os seguintes critérios de avaliação:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO  
ESTADO DE SÃO PAULO

8.9.1. A apresentação da respectiva fundamentação teórica e metodológica proposta deve ser clara e coerente, demonstrando que a base teórica é sólida e relevante para o desenvolvimento dos serviços objeto da contratação.

8.9.2. A respectiva fundamentação teórica e metodológica proposta deve ter sido criada especificamente para a aplicação em contextos de organizações públicas, com atenção aos problemas específicos da gestão pública;

8.9.3. Os enfoques teóricos e metodológicos devem permitir analisar e abordar de forma eficaz e pertinente problemas próprios da esfera pública relacionados com os serviços objeto da presente contratação.

8.9.4. A proposta conceitual e metodológica deve demonstrar profundo conhecimento do setor público, especialmente das administrações públicas municipais, com ferramentas adaptadas à realidade delas.

8.9.5. A proposta conceitual e metodológica deve ser inovadora e eficaz, permitindo gerar resultados superiores aos métodos tradicionais.

8.10. Para a avaliação da Qualidade da Proposta do **Plano Metodológico de Trabalho (PM)** apresentadas pelas proponentes na correspondente Proposta Técnica, será atribuída uma nota no total máximo de trezentos (300) pontos, considerando-se o quadro seguinte:

Plano Metodológico de Trabalho	Pontuação Máxima
1. Qualidade e adequação ao objeto da presente concorrência do plano metodológico de trabalho para realizar os serviços de capacitação e suporte técnico especializado voltados à realização de processos de direcionamento e planejamento estratégico na Alta Direção da Prefeitura Municipal de Suzano.	110
2. Qualidade e adequação ao objeto da presente concorrência do plano metodológico de trabalho para realizar os serviços de capacitação e suporte técnico especializado voltados à realização de atividades de monitoramento e avaliação da gestão institucional por resultados e dos planos estratégicos e programas institucionais.	110
3. Qualidade e adequação ao objeto da presente concorrência do plano metodológico de trabalho para realizar os serviços de capacitação e suporte técnico especializado voltados à implantação e consolidação da Escola Municipal de Governo.	80
<b>Total</b>	<b>300</b>

8.11. Para efeitos da determinação da pontuação da **Qualidade da Proposta do Plano Metodológico de Trabalho (PM)** definida no quadro acima, serão aplicados os seguintes critérios de avaliação:

8.11.1. O detalhamento das atividades propostas pela proponente em sua Proposta Técnica deve ser claramente definido e pertinente para a execução eficaz dos serviços de treinamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO  
ESTADO DE SÃO PAULO

e suporte objeto da atual contratação, demonstrando compreensão e domínio dos trabalhos a serem realizados;

8.11.2. As atividades propostas devem estar em harmonia com a respectiva fundamentação conceitual e metodológica apresentada pela proponente, garantindo que as práticas estejam embasadas em uma teoria sólida. Assim, deve haver uma relação clara e lógica entre as ações descritas e os enfoques teóricos e metodológicos definidos na proposta;

8.11.3. As atividades propostas devem guardar consistência com os objetivos e características de cada serviço objeto da presente concorrência, reforçando a eficácia do plano apresentado;

8.11.4. A proponente deve demonstrar que compreende e domina o escopo dos trabalhos a serem realizados, indicando preparo técnico e conhecimento sobre os objetivos e desafios do projeto.

8.12. As empresas proponentes deverão apresentar, na Proposta Técnica, a composição da Equipe de Trabalho, formada por três (03) integrantes, que devem atender aos seguintes requisitos mínimos:

<b>Membros da Equipe</b>	<b>Formação Profissional Básica</b>	<b>Experiência Prática</b>
1. Diretor Técnico (DT)	Formação superior em ciências sociais, políticas, econômicas, contábeis, engenharia ou afins.	Possuir experiência prática comprovada na coordenação e participação de processos de capacitação e consultoria em modernização institucional de organizações públicas, especialmente em áreas como processos organizacionais, planejamento estratégico, desenho e implantação de sistemas de monitoramento e avaliação por resultados, com os prazos, dimensões e características compatíveis com o objeto desta licitação.
2. Consultor Sênior (CS)	Formação superior em ciências sociais, políticas, econômicas, contábeis, engenharia ou afins.	Possuir experiência prática comprovada na execução de atividades de capacitação e consultoria em modernização institucional de organizações públicas, especialmente em áreas como processos organizacionais, planejamento estratégico, desenho e implantação de sistemas de monitoramento e avaliação por resultados, com os prazos, dimensões e características compatíveis com o objeto desta licitação.
3. Consultor Junior (CS)	Formação superior em ciências sociais, políticas, econômicas, contábeis, engenharia ou afins.	Possuir experiência prática comprovada na execução de atividades de capacitação e consultoria em modernização institucional de organizações públicas, especialmente em áreas como processos organizacionais, planejamento estratégico, desenho e implantação de sistemas de monitoramento e avaliação por resultados, com os prazos, dimensões e características compatíveis com o objeto desta licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO  
ESTADO DE SÃO PAULO

8.13 A experiência dos profissionais, referida no item 8.12, deverá ser comprovada mediante a entrega de cópia de certificados ou declarações emitidas pelas entidades contratantes dos serviços prestados ou pelas empresas de assessoria e consultoria através das quais o profissional prestou seus serviços a organizações públicas; de cópia de contratos que comprovem a prestação dos serviços ou documentos, publicações ou sites relacionados com o objeto da presente concorrência.

8.14. Os profissionais indicados pela empresa proponente deverão participar do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada por esta Administração.

8.15. Para a avaliação da experiência da Equipe de Trabalho apresentado na Proposta Técnica, será atribuída uma nota no total de máximo trezentos (300) pontos, considerando-se os seguintes parâmetros:

Equipe Técnica de Trabalho	Anos de Experiencia	Pontuação Máxima
Diretor Técnico (DT)	- Mais de 10 anos de experiência	150
	- Entre 5 e 9 anos de experiência	100
	- Entre 1 e 4 anos de experiência	50
Consultor Sênior (CS)	- Mais de 8 anos de experiência	100
	- Entre 5 e 7 anos de experiência	60
	- Entre 2 e 4 anos de experiência	30
Consultor Junior (CJ)	- Mais de 5 anos de experiência	50
	- Entre 3 e 4 anos de experiência	30
	- Entre 1 e 2 anos de experiência	10

8.16. Para o cálculo da Pontuação Final da Experiência Profissional da Equipe Técnica de Trabalho (EP), será utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{PET} = \text{PDT} + \text{PCS} + \text{PCJ}$$

Onde:

PET= Pontuação Final da Experiência Profissional da Equipe Técnica de Trabalho;

PDT = Pontuação obtida pelo Diretor Técnico (DT)

PCS= Pontuação obtida pelo Consultor Sênior (CS)

PCJ = Pontuação obtida pelo Consultor Junior

8.17. A classificação das proponentes na Proposta Técnica se fará da seguinte forma:

8.17.1 A avaliação da Proposta Técnica será realizada mediante a análise das informações apresentadas pelas empresas proponentes em suas respectivas propostas técnicas, bem como pela conferência da documentação apresentada, sendo então concedida a pontuação respectiva, somando-se ao final todas as notas apuradas. A atribuição de pontuação ficará restrita aos limites máximos definidos nos subitens 8.3 a 8.16; e



8.17.2. Para cada Proposta Técnica será atribuído um Índice Técnico (IT) correspondente, calculado com base na seguinte fórmula:

$$IT = \frac{PTT}{MPTT}$$

Onde:

IT = Índice Técnico correspondente à proposta em avaliação;

PTT = Nota Técnica da correspondente proposta em avaliação; e

MPTT = Maior Nota Técnica apresentada de todas as proponentes.

### **Avaliação das Propostas de Preços**

8.18. A avaliação das Propostas de Preços das empresas proponentes habilitadas e cujas Propostas Técnicas tenham sido classificadas, far-se-á mediante a atribuição de um índice específico de preços (IP), obedecendo-se a seguinte fórmula:

$$IP = \frac{MPP}{P}$$

Onde:

IP = Índice de preço da licitante;

MPP = Menor Preço Proposto dentre as propostas técnicas classificadas;

P = Preço Proposto pela licitante.

8.19. Nos preços cotados já deverão estar computadas todas as despesas diretas e indiretas em geral e tributos incidentes, bem como todas as despesas relativas à perfeita e total execução do contrato, inclusive as decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, civil e comercial.

### **Classificação Final das Propostas**

8.20. A classificação final das propostas ofertadas pelas licitantes concorrentes será considerada, em ordem decrescente de pontuação aferida mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VA = IT \times 7 + IP \times 3$$

Onde:

VA= Valor de Avaliação Final

IT= Índice Técnico

IP= Índice de Preço

8.21. A classificação das licitantes será em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora aquela que atingir a MAIOR NOTA FINAL.

8.22. Em caso de empate final entre duas (2) ou mais concorrentes, serão aplicados os critérios de desempate previstos no parágrafo no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e persistindo o empate a decisão se dará por sorteio, em ato público, para o qual serão



convocados todos os concorrentes.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Os valores estimados para esse processo estarão em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em seu Artigo 23, no Decreto Municipal nº 10.010/2024, em seu Artigo 25, e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, sendo oportunamente disponibilizados para o referido processo.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária na rubrica:

Unidade Orçamentária: 01.11.11 - SECRETARIA DE GOVERNO – 04 122 7500 2432  
Manutenção da Unidade Orçamentária – Elemento de Despesa 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

DOTAÇÃO 402

## 11. DOS QUANTITATIVOS

11.1. Abaixo, apresenta-se um quadro detalhado com a discriminação da quantidade total de horas estimadas para cada serviço de treinamento e suporte técnico especializado incluídos na licitação:

Serviços	Quantidade de Horas	Valor Unitário
1. Serviços de capacitação e suporte técnico especializado voltados à realização de processos de direcionamento e planejamento estratégico na Alta Direção da Prefeitura Municipal de Suzano, de acordo com as demandas e diretrizes definidas pela Administração Municipal.	700	R\$ 550,00
2. Serviços de capacitação e suporte técnico especializado voltados à realização de atividades de monitoramento e avaliação da gestão institucional por resultados, de acordo com as demandas e diretrizes definidas pela Administração Municipal e as orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)	700	R\$ 555,00
3. Serviços de treinamento e suporte técnico especializados voltados à implantação e consolidação da Escola Municipal de Governo como um órgão estratégico direcionado à formulação, execução e avaliação da política municipal de formação e treinamento dirigida a aperfeiçoar a capacidade de governo e gestão dos agentes e servidores públicos e das organizações sociais e comunitários do município de Suzano.	400	R\$ 580,00
<b>Total</b>	<b>1.800</b>	





## 12. LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS

NÃO SE APLICA

## 13. PRAZO E POSSIBILIDADES DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

13.1 O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato e respectiva ciência da contratada, podendo ser prorrogada, nos termos do art. 111 da Lei n. 14.133/2021.

## 14. DA GARANTIA

14.1. No ato da assinatura do contrato a ser formalizado, deverá a vencedora oferecer garantia para a execução do contrato, em quaisquer das modalidades previstas na Lei Federal n.º 14.133/21, no valor de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato (artigo 98).

14.1.1. Deverá a garantia prestada ter seu prazo de vigência de 3 (três) meses além do prazo de vigência do contrato.

14.2. A posterior celebração de eventual Termo de Aditamento maior que 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, de prorrogação ou de correção contratual será objeto de reforço da garantia, nos termos da Lei.

14.3. A garantia do contrato deverá abranger um período de 3 (três) meses após o término da vigência contratual e assegurará a cobertura de todos os eventos ocorridos durante sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado após expirado o prazo de vigência da contratação ou de validade da garantia.

14.4. A garantia de execução contratual caucionará o pagamento de:

14.4.1. Prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

14.4.2. Prejuízos diretos causados por culpa ou dolo do contratado durante a execução do objeto do contrato;

14.4.3. Multas, moratórias e compensatórias aplicadas ao contratado;

14.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas ao contrato administrativo e não adimplidas pelo contratado.

14.5. Não serão aceitas garantias que excluam qualquer espécie de responsabilidade civil, penal ou administrativa, salvo as seguintes:

14.5.1. Caso fortuito ou força maior;

14.5.2. Descumprimento das obrigações por atos ou fatos imputados exclusivamente ao Poder Público.

14.6. Alterado o valor do contrato ou prorrogados os prazos de vigência contratual, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições.

14.7. Quando o licitante vencedor optar pela modalidade seguro-garantia, haverá o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, contado da convocação para assinatura do contrato, para a



prestação da garantia, conforme o §3º do art. 96 da Lei 14.133/21.

14.7.1. O contrato não poderá ser assinado sem que a garantia tenha sido prestada.

14.8. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, assim entendido quando da emissão do termo de recebimento definitivo e integral do objeto, podendo ainda ser executado nas condições dispostas para cumprimento do pagamento de eventuais multas aplicadas nos termos previstos no Edital e seus anexos.

14.8.1. Quando o contrato for executado em parcelas, o recebimento definitivo de parcelas requisitadas não dará ensejo à liberação ou restituição da garantia.

14.9. No caso de garantia prestada em dinheiro, o valor será atualizado pelo IPCA.

14.10. A garantia de execução contratual não se confunde com a garantia dos produtos.

## 15. NECESSIDADE DE LOGÍSTICA REVERSA

**NÃO SE APLICA**

## 16. PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE REAJUSTE

16.1 O pagamento será efetuado via remessa eletrônica, através da Tesouraria da PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO, em **até o vigésimo (20º) dia** após a dezoena da conclusão do serviço contratados, a qual servirá de base para a contagem do prazo de pagamento.

16.2. Quando e, se for o caso, após decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado do contrato, a Contratada poderá, através de requerimento específico, solicitar o devido reajuste dos preços contratados nos termos do § 7º do artigo 25 da Lei 14.133/21, tendo como referência a correção pelo índice do INPC/IBGE relativo ao período entre a data do orçamento estimado do contrato e a autorização do reajuste.

16.2.1. Considera-se data do orçamento estimado do contrato aquela em que o orçamento foi anexado ao processo administrativo da licitação.

16.3. Em caso de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o pedido será processado nos termos dos artigos 124 e ss. da Lei 14.133/21.

16.4. Os casos de aditamento ou supressão serão processados nos termos da alínea "b" do inciso I do artigo 124 c/c o artigo 125 todos da Lei 14.133/21 nos limites permitidos.

## 17. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

17.1 A Secretaria Municipal de Governo indica os seguintes servidores:

17.1.1 Fiscal: André Luis Bom Fim Averaldo  
17.1.2 Gestor contrato: Marcos Antonio Vieira

Matrícula 2.836  
Matrícula 17.608